

CANAÃ DOS CARAJÁS - PA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANAÃ
DOS CARAJÁS - PARÁ

Assistente Social

EDITAL Nº 01/2024 DE 27 DE SETEMBRO DE 2024

CÓD: SL-0160T-24
7908433266334

Língua Portuguesa

1. Elementos de construção do texto e seu sentido: gênero do texto (literário e não literário, narrativo, descritivo e argumentativo).....	9
2. Interpretação e organização interna.....	17
3. Semântica: sentido e emprego dos vocábulos; campos semânticos	19
4. Emprego de tempos e modos dos verbos na língua portuguesa. Mecanismos de flexão dos nomes e verbos	20
5. Morfologia: reconhecimento, emprego e sentido das classes gramaticais	25
6. Processos de formação palavras.....	34
7. Sintaxe: frase, oração e período; termos da oração; processos de coordenação e subordinação	36
8. Concordância nominal e verbal	39
9. Transitividade e regência de nomes e verbos.....	40
10. Padrões gerais de colocação pronominal na língua portuguesa.....	43
11. Mecanismos de coesão textual.....	44
12. Ortografia.....	44
13. Acentuação gráfica.....	45
14. Emprego do sinal indicativo de crase.....	46
15. Pontuação.....	47
16. Estilística: figuras de linguagem	49
17. Reescritura de frases: substituição, deslocamento, paralelismo	51
18. Variação linguística: norma padrão.....	54

Raciocínio Lógico Matemático

1. Proposições, conectivos, equivalências lógicas, quantificadores e predicados.....	65
2. Conjuntos e suas operações, diagramas.....	70
3. Números inteiros, racionais e reais e suas operações	73
4. Proporcionalidade direta e inversa	80
5. Porcentagem.....	81
6. Medidas de comprimento, área, volume, massa e tempo	83
7. Estrutura lógica de relações arbitrárias entre pessoas, lugares, objetos ou eventos fictícios; dedução de novas informações das relações fornecidas e avaliação das condições usadas para estabelecer a estrutura daquelas relações. formação de conceitos, discriminação de elementos.....	87
8. Compreensão e análise da lógica de uma situação, utilizando as funções intelectuais: raciocínio verbal, raciocínio matemático, raciocínio sequencial, reconhecimento de padrões, orientação espacial e temporal.....	91
9. Compreensão de dados apresentados em gráficos e tabelas.....	104
10. Problemas de contagem e noções de probabilidade.....	109
11. Geometria básica: ângulos, triângulos, polígonos, distâncias, proporcionalidade, perímetro e área	113
12. Noções de estatística: média, moda, mediana e desvio padrão	119
13. Problemas de lógica e raciocínio.....	122

Noções de Informática

1. Dispositivos de entrada e saída e de armazenamento de dados: Impressoras, teclado, mouse, disco rígido, pendrives, scanner, plotter, discos ópticos	129
2. Noções de sistemas operacionais	131
3. Noções do ambiente Windows: Ícones, atalhos de teclado, pastas, tipos de arquivos; localização, criação, cópia e remoção de arquivos; cópias de arquivos para outros dispositivos; ajuda do Windows, lixeira, remoção e recuperação de arquivos e de pastas; cópias de segurança/backup, uso dos recursos	131
4. MSOffice (Word, Excel, Powerpoint, Outlook)	153
5. LibreOffice (Writer, Calc, Impress, eM Client)	177
6. Conceitos relacionados à Internet	189
7. Correio eletrônico	192

Legislação Específica

1. Sistema único de assistência social (suas): princípios e objetivos; controle social; tipos e níveis de gestão do suas.....	201
2. Serviço público: política pública de assistência social.....	217
3. Proteção social básica – psb	221
4. Proteção social especial – pse. Proteção social especial – média complexidade: serviço de proteção e atendimento especializado a famílias e indivíduos – paefi	229
5. Serviço de proteção social e adolescente em cumprimento de medida socioeducativa de liberdade assistida e prestação de serviços à comunidade - la/psc.....	232
6. Serviço especializado para pessoas em situação de rua e abordagem social.....	240
7. Vigilância socioassistencial.....	247
8. Lei nº 8.069/1990 (Dispõe sobre o estatuto da criança e do adolescente e dá outras providências): direitos fundamentais da criança e do adolescente; política de atendimento; medidas de proteção; medidas aplicáveis aos pais ou responsável; ato infracional e medidas socioeducativas; direitos individuais; o conselho tutelar; a justiça da infância e da juventude: procedimentos e recursos. Crimes previstos no eca.....	249

Conhecimentos Específicos Assistente Social

1. Fundamentos históricos, teóricos e metodológicos do Serviço Social.....	303
2. O Serviço Social na contemporaneidade	309
3. A dimensão pedagógica do trabalho do Assistente Social.....	311
4. Materialismo Histórico Dialético e a práxis profissional	312
5. Princípios fundamentais do código de ética profissional; Serviço Social: direitos e competências profissionais.....	318
6. Serviço Social e Economia Política	326
7. Ética Profissional do Assistente Social na área da saúde	327
8. Serviço Social e a emissão de relatórios, laudos e pareceres; instrumentos e técnicas do Serviço Social	329
9. Metodologias participativas para grupos.....	336
10. Supervisão de Estágio	337

ÍNDICE

11. Controle Social e Participação em Políticas Públicas	339
12. Planejamento: programas, projetos, serviços e benefício	343
13. Serviço Social e o sistema de seguridade social.....	345
14. Interdisciplinaridade e multidisciplinaridade.....	375
15. Serviço Social e trabalho com famílias.....	376
16. Questão Social e saúde	383
17. Reforma Sanitária e política de saúde no Brasil; Reforma Sanitária e os desafios para a saúde pública no Brasil	384
18. Serviço Social e Saúde: estratégias de intervenção	393
19. Serviço Social e Reforma Psiquiátrica	398
20. Níveis de proteção em saúde.....	403
21. Programas de saúde	404
22. Política antidrogas e redução de danos	406
23. Estatuto da Criança e do Adolescente	413
24. Estatuto da Pessoa com Deficiência.....	450
25. Estatuto do Idoso	468
26. Lei de Regulamentação da Profissão (Lei nº 8662/1993)	478

LÍNGUA PORTUGUESA

ELEMENTOS DE CONSTRUÇÃO DO TEXTO E SEU SENTIDO: GÊNERO DO TEXTO (LITERÁRIO E NÃO LITERÁRIO, NARRATIVO, DESCRITIVO E ARGUMENTATIVO)

Definições e diferenciação: tipos textuais e gêneros textuais são dois conceitos distintos, cada um com sua própria linguagem e estrutura. Os tipos textuais se classificam em razão da estrutura linguística, enquanto os gêneros textuais têm sua classificação baseada na forma de comunicação.

Dessa forma, os gêneros são variedades existentes no interior dos modelos pré-estabelecidos dos tipos textuais. A definição de um gênero textual é feita a partir dos conteúdos temáticos que apresentam sua estrutura específica. Logo, para cada tipo de texto, existem gêneros característicos.

Como se classificam os tipos e os gêneros textuais

As classificações conforme o gênero podem sofrer mudanças e são amplamente flexíveis. Os principais gêneros são: romance, conto, fábula, lenda, notícia, carta, bula de medicamento, cardápio de restaurante, lista de compras, receita de bolo, etc.

Quanto aos tipos, as classificações são fixas, definem e distinguem o texto com base na estrutura e nos aspectos linguísticos.

Os tipos textuais são: narrativo, descritivo, dissertativo, expositivo e injuntivo. Resumindo, os gêneros textuais são a parte concreta, enquanto as tipologias integram o campo das formas, ou seja, da teoria. Acompanhe abaixo os principais gêneros textuais e como eles se inserem em cada tipo textual:

Texto narrativo: esse tipo textual se estrutura em apresentação, desenvolvimento, clímax e desfecho. Esses textos se caracterizam pela apresentação das ações de personagens em um tempo e espaço determinado. Os principais gêneros textuais que pertencem ao tipo textual narrativo são: romances, novelas, contos, crônicas e fábulas.

Texto descritivo: esse tipo compreende textos que descrevem lugares, seres ou relatam acontecimentos. Em geral, esse tipo de texto contém adjetivos que exprimem as emoções do narrador, e, em termos de gêneros, abrange diários, classificados, cardápios de restaurantes, folhetos turísticos, relatos de viagens, etc.

Texto expositivo: corresponde ao texto cuja função é transmitir ideias utilizando recursos de definição, comparação, descrição, conceituação e informação. Verbetes de dicionário, enciclopédias, jornais, resumos escolares, entre outros, fazem parte dos textos expositivos.

Texto argumentativo: os textos argumentativos têm o objetivo de apresentar um assunto recorrendo a argumentações, isto é, caracteriza-se por defender um ponto de vista. Sua

estrutura é composta por introdução, desenvolvimento e conclusão. Os textos argumentativos compreendem os gêneros textuais manifesto e abaixo-assinado.

Texto injuntivo: esse tipo de texto tem como finalidade orientar o leitor, ou seja, expor instruções, de forma que o emissor procure persuadir seu interlocutor. Em razão disso, o emprego de verbos no modo imperativo é sua característica principal. Pertencem a este tipo os gêneros bula de remédio, receitas culinárias, manuais de instruções, entre outros.

Texto prescritivo: essa tipologia textual tem a função de instruir o leitor em relação ao procedimento. Esses textos, de certa forma, impedem a liberdade de atuação do leitor, pois decretam que ele siga o que diz o texto. Os gêneros que pertencem a esse tipo de texto são: leis, cláusulas contratuais, editais de concursos públicos.

GÊNEROS TEXTUAIS

— Introdução

Os gêneros textuais são estruturas essenciais para a comunicação eficaz. Eles organizam a linguagem de forma que atenda às necessidades específicas de diferentes contextos comunicativos. Desde a antiguidade, a humanidade tem desenvolvido e adaptado diversas formas de expressão escrita e oral para facilitar a troca de informações, ideias e emoções.

Na prática cotidiana, utilizamos gêneros textuais diversos para finalidades variadas. Quando seguimos uma receita, por exemplo, utilizamos um gênero textual específico para a instrução culinária. Ao ler um jornal, nos deparamos com gêneros como a notícia, o editorial e a reportagem, cada um com sua função e características distintas.

Esses gêneros refletem a diversidade e a complexidade das interações humanas e são moldados pelas necessidades sociais, culturais e históricas.

Compreender os gêneros textuais é fundamental para a produção e interpretação adequadas de textos. Eles fornecem uma moldura que orienta o produtor e o receptor na construção e na compreensão do discurso. A familiaridade com as características de cada gênero facilita a adequação do texto ao seu propósito comunicativo, tornando a mensagem mais clara e eficaz.

— Definição e Importância

Gêneros textuais são formas específicas de estruturação da linguagem que se adequam a diferentes situações comunicativas. Eles emergem das práticas sociais e culturais, variando conforme o contexto, o propósito e os interlocutores envolvidos. Cada gênero textual possui características próprias que determinam sua forma, conteúdo e função, facilitando a interação entre o autor e o leitor ou ouvinte.

Os gêneros textuais são fundamentais para a organização e a eficácia da comunicação. Eles ajudam a moldar a expectativa do leitor, orientando-o sobre como interpretar e interagir com o texto. Além disso, fornecem ao autor uma estrutura clara para a construção de sua mensagem, garantindo que esta seja adequada ao seu propósito e público-alvo.

Exemplos:

Receita de Culinária:

- Estrutura: Lista de ingredientes seguida de um passo a passo.
- Finalidade: Instruir o leitor sobre como preparar um prato.
- Características: Linguagem clara e objetiva, uso de imperativos (misture, asse, sirva).

Artigo de Opinião:

- Estrutura: Introdução, desenvolvimento de argumentos, conclusão.
- Finalidade: Persuadir o leitor sobre um ponto de vista.
- Características: Linguagem formal, argumentos bem fundamentados, presença de evidências.

Notícia:

- Estrutura: Título, lead (resumo inicial), corpo do texto.
- Finalidade: Informar sobre um fato recente de interesse público.
- Características: Linguagem objetiva e clara, uso de verbos no passado, presença de dados e citações.

Importância dos Gêneros Textuais:

Facilitam a Comunicação:

Ao seguirem estruturas padronizadas, os gêneros textuais tornam a comunicação mais previsível e compreensível. Isso é particularmente importante em contextos formais, como o acadêmico e o profissional, onde a clareza e a precisão são essenciais.

Ajudam na Organização do Pensamento:

A familiaridade com diferentes gêneros textuais auxilia na organização das ideias e na construção lógica do discurso. Isso é crucial tanto para a produção quanto para a interpretação de textos.

Promovem a Eficácia Comunicativa:

Cada gênero textual é adaptado a uma finalidade específica, o que aumenta a eficácia da comunicação. Por exemplo, uma bula de remédio deve ser clara e detalhada para garantir a correta utilização do medicamento, enquanto uma crônica pode usar uma linguagem mais poética e subjetiva para entreter e provocar reflexões.

Refletem e Moldam Práticas Sociais:

Os gêneros textuais não apenas refletem as práticas sociais e culturais, mas também ajudam a moldá-las. Eles evoluem conforme as necessidades e contextos sociais mudam, adaptando-se a novas formas de comunicação, como as mídias digitais.

Compreender os gêneros textuais é essencial para uma comunicação eficiente e eficaz. Eles fornecem estruturas que ajudam a moldar a produção e a interpretação de textos, facilitando a interação entre autor e leitor. A familiaridade com diferentes gêneros permite que se adapte a linguagem às diversas situações comunicativas, promovendo clareza e eficácia na transmissão de mensagens.

— Tipos de Gêneros Textuais

Os gêneros textuais podem ser classificados de diversas formas, considerando suas características e finalidades específicas. Abaixo, apresentamos uma visão detalhada dos principais tipos de gêneros textuais, organizados conforme suas funções predominantes.

Gêneros Narrativos

Os gêneros narrativos são caracterizados por contar uma história, real ou fictícia, através de uma sequência de eventos que envolvem personagens, cenários e enredos. Eles são amplamente utilizados tanto na literatura quanto em outras formas de comunicação, como o jornalismo e o cinema. A seguir, exploramos alguns dos principais gêneros narrativos, destacando suas características, estruturas e finalidades.

• Romance

Estrutura e Características:

- **Extensão:** Longa, permitindo um desenvolvimento detalhado dos personagens e das tramas.
- **Personagens:** Complexos e multifacetados, frequentemente com um desenvolvimento psicológico profundo.
- **Enredo:** Pode incluir múltiplas subtramas e reviravoltas.
- **Cenário:** Detalhado e bem desenvolvido, proporcionando um pano de fundo rico para a narrativa.
- **Linguagem:** Variada, podendo ser mais formal ou informal dependendo do público-alvo e do estilo do autor.

Finalidade:

- Entreter e envolver o leitor em uma história extensa e complexa.
- Explorar temas profundos e variados, como questões sociais, históricas, psicológicas e filosóficas.

Exemplo:

- “Dom Casmurro” de Machado de Assis, que explora a dúvida e o ciúme através da narrativa do protagonista Bento Santiago.

• Conto

Estrutura e Características:

- **Extensão:** Curta e concisa.
- **Personagens:** Menos desenvolvidos que no romance, mas ainda significativos para a trama.
- **Enredo:** Focado em um único evento ou situação.
- **Cenário:** Geralmente limitado a poucos locais.
- **Linguagem:** Direta e impactante, visando causar um efeito imediato no leitor.

Finalidade:

- Causar impacto rápido e duradouro.
- Explorar uma ideia ou emoção de maneira direta e eficaz.

Exemplo:

- “O Alienista” de Machado de Assis, que narra a história do Dr. Simão Bacamarte e sua obsessão pela cura da loucura.

- **Fábula**

Estrutura e Características:

- **Extensão:** Curta.
- **Personagens:** Animais ou objetos inanimados que agem como seres humanos.
- **Enredo:** Simples e direto, culminando em uma lição de moral.
- **Cenário:** Geralmente genérico, servindo apenas de pano de fundo para a narrativa.
- **Linguagem:** Simples e acessível, frequentemente com um tom didático.

Finalidade:

- Transmitir lições de moral ou ensinamentos éticos.
- Entreter, especialmente crianças, de forma educativa.

Exemplo:

- “A Cigarra e a Formiga” de Esopo, que ensina a importância da preparação e do trabalho árduo.

- **Novela**

Estrutura e Características:

- **Extensão:** Intermediária entre o romance e o conto.
- **Personagens:** Desenvolvimento moderado, com foco em um grupo central.
- **Enredo:** Mais desenvolvido que um conto, mas menos complexo que um romance.
- **Cenário:** Detalhado, mas não tão expansivo quanto no romance.
- **Linguagem:** Pode variar de formal a informal, dependendo do estilo do autor.

Finalidade:

- Entreter com uma narrativa envolvente e bem estruturada, mas de leitura mais rápida que um romance.
- Explorar temas e situações com profundidade, sem a extensão de um romance.

Exemplo:

- “O Alienista” de Machado de Assis, que também pode ser classificado como novela devido à sua extensão e complexidade.

- **Crônica**

Estrutura e Características:

- **Extensão:** Curta a média.
- **Personagens:** Pode focar em personagens reais ou fictícios, muitas vezes baseados em figuras do cotidiano.
- **Enredo:** Baseado em eventos cotidianos, com um toque pessoal e muitas vezes humorístico.
- **Cenário:** Cotidiano, frequentemente urbano.
- **Linguagem:** Coloquial e acessível, com um tom leve e descontraído.

Finalidade:

- Refletir sobre aspectos do cotidiano de forma leve e crítica.
- Entreter e provocar reflexões no leitor sobre temas triviais e cotidianos.

Exemplo:

- As crônicas de Rubem Braga, que capturam momentos e reflexões do cotidiano brasileiro.

- **Diário**

Estrutura e Características:

- **Extensão:** Variável, podendo ser curto ou extenso.
- **Personagens:** Focado no autor e nas pessoas ao seu redor.
- **Enredo:** Narrativa pessoal e introspectiva dos eventos diários.
- **Cenário:** Variável, conforme as experiências do autor.
- **Linguagem:** Informal e íntima, muitas vezes refletindo os pensamentos e sentimentos do autor.

Finalidade:

- Registrar eventos e emoções pessoais.
- Servir como uma ferramenta de auto-reflexão e autoconhecimento.

Exemplo:

- “O Diário de Anne Frank,” que narra as experiências de uma jovem judia escondida durante a Segunda Guerra Mundial.

Os gêneros narrativos desempenham um papel crucial na literatura e na comunicação em geral. Eles permitem que histórias sejam contadas de maneiras variadas, atendendo a diferentes propósitos e públicos. Conhecer as características e finalidades de cada gênero narrativo é essencial para a produção e interpretação eficazes de textos, enriquecendo a experiência literária e comunicativa.

Gêneros Descritivos

Os gêneros descritivos são caracterizados pela ênfase na descrição detalhada de objetos, pessoas, lugares, situações ou processos. O objetivo principal desses textos é pintar uma imagem vívida na mente do leitor, permitindo que ele visualize e compreenda melhor o assunto descrito. A seguir, exploramos os principais gêneros descritivos, destacando suas características, estruturas e finalidades.

- **Currículo**

Estrutura e Características:

- **Dados Pessoais:** Nome, endereço, telefone, e-mail e outras informações de contato.
- **Objetivo Profissional:** Declaração breve do objetivo de carreira ou posição desejada.
- **Formação Acadêmica:** Informações sobre escolaridade, incluindo instituições e datas de conclusão.
- **Experiência Profissional:** Lista de empregos anteriores com descrições das responsabilidades e realizações.
- **Habilidades:** Competências relevantes para a posição desejada.
- **Outras Informações:** Certificações, idiomas, prêmios, atividades extracurriculares.

Finalidade:

- Apresentar as qualificações e experiências de uma pessoa de maneira clara e organizada para candidaturas a empregos ou programas acadêmicos.

Características:

- Linguagem objetiva e concisa.
- Estrutura organizada e fácil de ler.
- Foco em informações relevantes para a posição desejada.

Exemplo:

Um currículo detalha as habilidades de um candidato a uma vaga de emprego, destacando suas experiências anteriores, formações e competências específicas, facilitando a avaliação por parte dos recrutadores.

• Laudo**Estrutura e Características:**

- **Título:** Identificação do tipo de laudo (médico, técnico, pericial).
- **Identificação do Paciente/Objeto:** Nome e dados de identificação do paciente ou objeto analisado.
- **Descrição da Análise:** Detalhamento do procedimento realizado, incluindo metodologia e instrumentos utilizados.
- **Resultados:** Apresentação dos achados com detalhes específicos.
- **Conclusão:** Interpretação dos resultados e recomendações, se aplicável.
- **Assinatura e Identificação do Profissional:** Nome, número de registro profissional e assinatura do responsável pelo laudo.

Finalidade:

- Fornecer uma avaliação detalhada e técnica sobre determinado assunto, baseando-se em análises, exames ou perícias.

Características:

- Linguagem técnica e precisa.
- Descrição objetiva dos procedimentos e resultados.
- Estrutura clara e organizada.

Exemplo:

Um laudo médico detalha os resultados de um exame de imagem, descrevendo as condições observadas e fornecendo uma interpretação profissional sobre o estado de saúde do paciente.

• Relatório**Estrutura e Características:**

- **Título:** Identificação do assunto do relatório.
- **Introdução:** Apresentação do contexto e objetivo do relatório.
- **Metodologia:** Descrição dos métodos utilizados na coleta e análise de dados.
- **Desenvolvimento:** Apresentação detalhada dos dados coletados e análise.
- **Conclusão:** Resumo dos achados e possíveis recomendações.
- **Anexos:** Documentos adicionais que suportam as informações apresentadas no relatório.

Finalidade:

- Informar sobre o progresso, resultados ou conclusões de uma pesquisa, projeto ou atividade específica.

Características:

- Linguagem clara e objetiva.
- Estrutura organizada e lógica.
- Foco na apresentação de dados e análises detalhadas.

Exemplo:

Um relatório de pesquisa detalha os achados de um estudo científico, apresentando dados coletados, métodos utilizados e conclusões derivadas da análise dos dados.

• Folheto Turístico**Estrutura e Características:**

- **Título e Subtítulo:** Identificação do destino turístico.
- **Descrição:** Informações detalhadas sobre as atrações, história e cultura do destino.
- **Imagens:** Fotografias e ilustrações que destacam os pontos turísticos.
- **Informações Práticas:** Detalhes sobre como chegar, acomodações, restaurantes e atividades recomendadas.
- **Mapa:** Representação visual do destino com destaque para locais de interesse.

Finalidade:

- Informar e atrair turistas para um determinado destino, destacando suas principais atrações e facilidades.

Características:

- Linguagem persuasiva e descritiva.
- Uso de imagens atraentes.
- Estrutura organizada para facilitar a leitura e a localização de informações.

Exemplo:

Um folheto turístico sobre Paris descreve a Torre Eiffel, o Louvre e outros pontos de interesse, incluindo mapas e dicas práticas para visitantes.

• Cardápio**Estrutura e Características:**

- **Título:** Nome do restaurante ou estabelecimento.
- **Seções:** Divisão por categorias de pratos (entradas, pratos principais, sobremesas, bebidas).
- **Descrição dos Pratos:** Nome, ingredientes principais e modo de preparo de cada prato.
- **Preços:** Valores correspondentes a cada item do cardápio.

Finalidade:

- Informar os clientes sobre as opções de alimentos e bebidas disponíveis em um restaurante ou estabelecimento similar.

Características:

- Linguagem descritiva e atrativa.
- Estrutura organizada por categorias.
- Clareza nas descrições e nos preços.

Exemplo:

Um cardápio de restaurante italiano descreve pratos como lasanha, espaguete à bolonhesa e tiramisú, incluindo detalhes sobre os ingredientes e preços.

RACIOCÍNIO LÓGICO MATEMÁTICO

PROPOSIÇÕES, CONECTIVOS, EQUIVALÊNCIAS LÓGICAS, QUANTIFICADORES E PREDICADOS

PROPOSIÇÃO

Conjunto de palavras ou símbolos que expressam um pensamento ou uma ideia de sentido completo. Elas transmitem pensamentos, isto é, afirmam fatos ou exprimem juízos que formamos a respeito de determinados conceitos ou entes.

Valores lógicos

São os valores atribuídos as proposições, podendo ser uma **verdade**, se a proposição é verdadeira (V), e uma **falsidade**, se a proposição é falsa (F). Designamos as letras V e F para abreviarmos os valores lógicos verdade e falsidade respectivamente.

Com isso temos alguns axiomas da lógica:

– **PRINCÍPIO DA NÃO CONTRADIÇÃO:** uma proposição não pode ser verdadeira E falsa ao mesmo tempo.

– **PRINCÍPIO DO TERCEIRO EXCLUÍDO:** toda proposição OU é verdadeira OU é falsa, verificamos sempre um desses casos, NUNCA existindo um terceiro caso.

**“Toda proposição tem um, e somente um, dos valores, que são:
V ou F.”**

Classificação de uma proposição

Elas podem ser:

• **Sentença aberta:** quando não se pode atribuir um valor lógico verdadeiro ou falso para ela (ou valorar a proposição!), portanto, não é considerada frase lógica. São consideradas sentenças abertas:

- Frases interrogativas: Quando será prova? - Estudou ontem?

- Fez Sol ontem?

- Frases exclamativas: Gol! – Que maravilhoso!

- Frase imperativas: Estude e leia com atenção. – Desligue a

televisão.

- Frases sem sentido lógico (expressões vagas, paradoxais, ambíguas, ...): “esta frase é falsa” (expressão paradoxal) – O cachorro do meu vizinho morreu (expressão ambígua) – $2 + 5 + 1$

• **Sentença fechada:** quando a proposição admitir um ÚNICO valor lógico, seja ele verdadeiro ou falso, nesse caso, será considerada uma frase, proposição ou sentença lógica.

Proposições simples e compostas

• **Proposições simples** (ou atômicas): aquela que **NÃO** contém nenhuma outra proposição como parte integrante de si mesma. As proposições simples são designadas pelas letras latinas minúsculas p, q, r, s..., chamadas letras proposicionais.

Exemplos

r: Thiago é careca.

s: Pedro é professor.

• **Proposições compostas** (ou moleculares ou estruturas lógicas): aquela formada pela combinação de duas ou mais proposições simples. As proposições compostas são designadas pelas letras latinas maiúsculas P, Q, R, R..., também chamadas letras proposicionais.

Exemplo

P: Thiago é careca e Pedro é professor.

ATENÇÃO: TODAS as **proposições compostas** são formadas por **duas proposições simples**.

Exemplos:

1. (CESPE/UNB) Na lista de frases apresentadas a seguir:

– “A frase dentro destas aspas é uma mentira.”

– A expressão $x + y$ é positiva.

– O valor de $\sqrt{4 + 3} = 7$.

– Pelé marcou dez gols para a seleção brasileira.

– O que é isto?

Há exatamente:

(A) uma proposição;

(B) duas proposições;

(C) três proposições;

(D) quatro proposições;

(E) todas são proposições.

Resolução:

Analisemos cada alternativa:

(A) “A frase dentro destas aspas é uma mentira”, não podemos atribuir valores lógicos a ela, logo não é uma sentença lógica.

(B) A expressão $x + y$ é positiva, não temos como atribuir valores lógicos, logo não é sentença lógica.

(C) O valor de $\sqrt{4 + 3} = 7$; é uma sentença lógica pois podemos atribuir valores lógicos, independente do resultado que tenhamos

(D) Pelé marcou dez gols para a seleção brasileira, também podemos atribuir valores lógicos (não estamos considerando a quantidade certa de gols, apenas se podemos atribuir um valor de V ou F a sentença).

(E) O que é isto? - como vemos não podemos atribuir valores lógicos por se tratar de uma frase interrogativa.

Resposta: B.

CONNECTIVOS (CONNECTORES LÓGICOS)

Para compôr novas proposições, definidas como composta, a partir de outras proposições simples, usam-se os conectivos. São eles:

Operação	Conectivo	Estrutura Lógica	Tabela verdade															
Negação	~	Não p	<table border="1"> <tr><td>p</td><td>~p</td></tr> <tr><td>V</td><td>F</td></tr> <tr><td>F</td><td>V</td></tr> </table>	p	~p	V	F	F	V									
p	~p																	
V	F																	
F	V																	
Conjunção	^	p e q	<table border="1"> <tr><td>p</td><td>q</td><td>p ^ q</td></tr> <tr><td>V</td><td>V</td><td>V</td></tr> <tr><td>V</td><td>F</td><td>F</td></tr> <tr><td>F</td><td>V</td><td>F</td></tr> <tr><td>F</td><td>F</td><td>F</td></tr> </table>	p	q	p ^ q	V	V	V	V	F	F	F	V	F	F	F	F
p	q	p ^ q																
V	V	V																
V	F	F																
F	V	F																
F	F	F																
Disjunção Inclusiva	v	p ou q	<table border="1"> <tr><td>p</td><td>q</td><td>p v q</td></tr> <tr><td>V</td><td>V</td><td>V</td></tr> <tr><td>V</td><td>F</td><td>V</td></tr> <tr><td>F</td><td>V</td><td>V</td></tr> <tr><td>F</td><td>F</td><td>F</td></tr> </table>	p	q	p v q	V	V	V	V	F	V	F	V	V	F	F	F
p	q	p v q																
V	V	V																
V	F	V																
F	V	V																
F	F	F																
Disjunção Exclusiva	∨	Ou p ou q	<table border="1"> <tr><td>p</td><td>q</td><td>p ∨ q</td></tr> <tr><td>V</td><td>V</td><td>F</td></tr> <tr><td>V</td><td>F</td><td>V</td></tr> <tr><td>F</td><td>V</td><td>V</td></tr> <tr><td>F</td><td>F</td><td>F</td></tr> </table>	p	q	p ∨ q	V	V	F	V	F	V	F	V	V	F	F	F
p	q	p ∨ q																
V	V	F																
V	F	V																
F	V	V																
F	F	F																
Condicional	→	Se p então q	<table border="1"> <tr><td>p</td><td>q</td><td>p → q</td></tr> <tr><td>V</td><td>V</td><td>V</td></tr> <tr><td>V</td><td>F</td><td>F</td></tr> <tr><td>F</td><td>V</td><td>V</td></tr> <tr><td>F</td><td>F</td><td>V</td></tr> </table>	p	q	p → q	V	V	V	V	F	F	F	V	V	F	F	V
p	q	p → q																
V	V	V																
V	F	F																
F	V	V																
F	F	V																
Bicondicional	↔	p se e somente se q	<table border="1"> <tr><td>p</td><td>q</td><td>p ↔ q</td></tr> <tr><td>V</td><td>V</td><td>V</td></tr> <tr><td>V</td><td>F</td><td>F</td></tr> <tr><td>F</td><td>V</td><td>F</td></tr> <tr><td>F</td><td>F</td><td>V</td></tr> </table>	p	q	p ↔ q	V	V	V	V	F	F	F	V	F	F	F	V
p	q	p ↔ q																
V	V	V																
V	F	F																
F	V	F																
F	F	V																

Exemplo:

2. (PC/SP - Delegado de Polícia - VUNESP) Os conectivos ou operadores lógicos são palavras (da linguagem comum) ou símbolos (da linguagem formal) utilizados para conectar proposições de acordo com regras formais preestabelecidas. Assinale a alternativa que apresenta exemplos de conjunção, negação e implicação, respectivamente.

- (A) ~ p, p v q, p ^ q
- (B) p ^ q, ~ p, p -> q
- (C) p -> q, p v q, ~ p
- (D) p v p, p -> q, ~ q
- (E) p v q, ~ q, p v q

Resolução:

A conjunção é um tipo de proposição composta e apresenta o conectivo “e”, e é representada pelo símbolo \wedge . A negação é representada pelo símbolo \sim ou cantoneira (\neg) e pode negar uma proposição simples (por exemplo: $\sim p$) ou composta. Já a implicação é uma proposição composta do tipo condicional (Se, então) é representada pelo símbolo (\rightarrow).

Resposta: B.

TABELA VERDADE

Quando trabalhamos com as proposições compostas, determinamos o seu valor lógico partindo das proposições simples que a compõe. O valor lógico de qualquer proposição composta depende UNICAMENTE dos valores lógicos das proposições simples componentes, ficando por eles UNIVOCAMENTE determinados.

• **Número de linhas de uma Tabela Verdade:** depende do número de proposições simples que a integram, sendo dado pelo seguinte teorema:

“A tabela verdade de uma proposição composta com n* proposições simples componentes contém 2ⁿ linhas.”

Exemplo:

3. (CESPE/UNB) Se “A”, “B”, “C” e “D” forem proposições simples e distintas, então o número de linhas da tabela-verdade da proposição $(A \rightarrow B) \leftrightarrow (C \rightarrow D)$ será igual a:

- (A) 2;
- (B) 4;
- (C) 8;
- (D) 16;
- (E) 32.

Resolução:

Veja que podemos aplicar a mesma linha do raciocínio acima, então teremos:

Número de linhas = $2^n = 2^4 = 16$ linhas.

Resposta D.

CONCEITOS DE TAUTOLOGIA , CONTRADIÇÃO E CONTINGÊNCIA

• **Tautologia:** possui todos os valores lógicos, da tabela verdade (última coluna), **V** (verdades).

Princípio da substituição: Seja P (p, q, r, ...) é uma tautologia, então **P** (P_0 ; Q_0 ; R_0 ; ...) também é uma tautologia, quaisquer que sejam as proposições P_0 , Q_0 , R_0 , ...

• **Contradição:** possui todos os valores lógicos, da tabela verdade (última coluna), **F** (falsidades). A contradição é a negação da Tautologia e vice versa.

Princípio da substituição: Seja P (p, q, r, ...) é uma **contradição**, então **P** (P_0 ; Q_0 ; R_0 ; ...) também é uma **contradição**, quaisquer que sejam as proposições P_0 , Q_0 , R_0 , ...

• **Contingência:** possui valores lógicos **V** e **F**, da tabela verdade (última coluna). Em outros termos a contingência é uma proposição composta que não é **tautologia** e nem **contradição**.

Exemplos:

4. (DPU – ANALISTA – CESPE) Um estudante de direito, com o objetivo de sistematizar o seu estudo, criou sua própria legenda, na qual identificava, por letras, algumas afirmações relevantes quanto à disciplina estudada e as vinculava por meio de sentenças (proposições). No seu vocabulário particular constava, por exemplo:

P: Cometeu o crime A.

Q: Cometeu o crime B.

R: Será punido, obrigatoriamente, com a pena de reclusão no regime fechado.

S: Poderá optar pelo pagamento de fiança.

Ao revisar seus escritos, o estudante, apesar de não recordar qual era o crime B, lembrou que ele era inafiançável.

Tendo como referência essa situação hipotética, julgue o item que se segue.

A sentença $(P \rightarrow Q) \leftrightarrow ((\sim Q) \rightarrow (\sim P))$ será sempre verdadeira, independentemente das valorações de P e Q como verdadeiras ou falsas.

() Certo

() Errado

Resolução:

Considerando P e Q como V.

$$(V \rightarrow V) \leftrightarrow ((F) \rightarrow (F))$$

$$(V) \leftrightarrow (V) = V$$

Considerando P e Q como F

$$(F \rightarrow F) \leftrightarrow ((V) \rightarrow (V))$$

$$(V) \leftrightarrow (V) = V$$

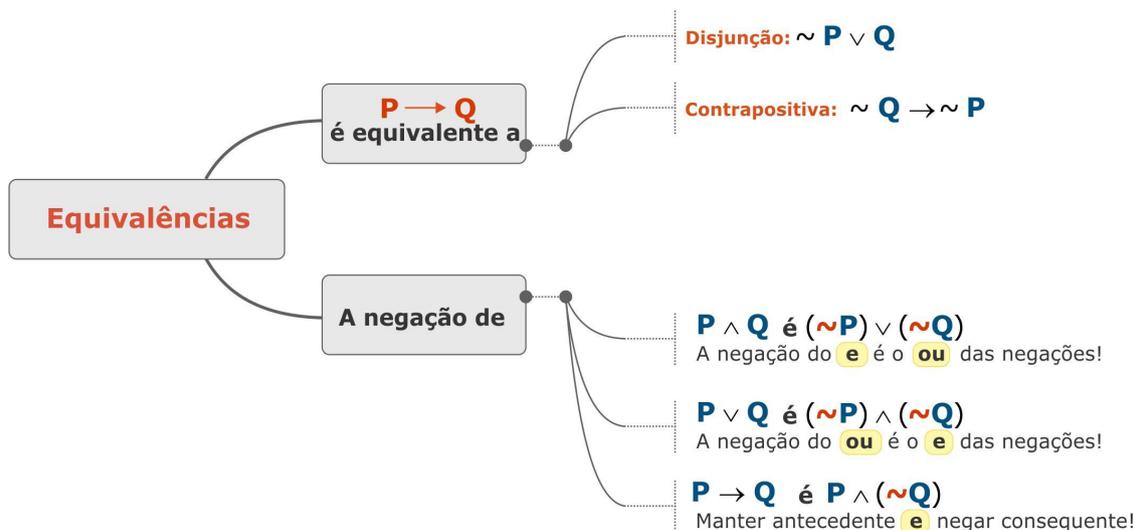
Então concluímos que a afirmação é verdadeira.

Resposta: Certo.

EQUIVALÊNCIA

Duas ou mais proposições compostas são equivalentes, quando mesmo possuindo estruturas lógicas diferentes, apresentam a mesma solução em suas respectivas tabelas verdade.

Se as proposições $P(p,q,r,\dots)$ e $Q(p,q,r,\dots)$ são ambas TAUTOLOGIAS, ou então, são CONTRADIÇÕES, então são EQUIVALENTES.



Exemplo:

5. (VUNESP/TJSP) Uma negação lógica para a afirmação “João é rico, ou Maria é pobre” é:

(A) Se João é rico, então Maria é pobre.

(B) João não é rico, e Maria não é pobre.

(C) João é rico, e Maria não é pobre.

(D) Se João não é rico, então Maria não é pobre.

(E) João não é rico, ou Maria não é pobre.

Resolução:

Nesta questão, a proposição a ser negada trata-se da disjunção de duas proposições lógicas simples. Para tal, trocamos o conectivo por “e” e negamos as proposições “João é rico” e “Maria é pobre”. Vejam como fica:

João **é** rico **ou** Maria **é** pobre.

negar trocar por "e" negar

João **não é** rico **e** Maria **não é** pobre.

Resposta: B.

QUANTIFICADORES E PREDICADOS

Vimos que as proposições podem ter valores V ou F, as sentenças fechadas como por exemplo:

- A – O Brasil é o maior país da América do Sul - V
- B – O Brasil está localizado no continente Europeu – F

Porém existem expressões que não podemos atribuir esses valores lógicos, pois se encontram em função de uma variável, e são denominadas **sentenças abertas**.

Exemplos:

- A – $x > 15$
- B – Em 2018, **ele** será presidente do Brasil novamente.

Observe que as variáveis "x" e "ele", analisando os valores lógicos temos que:

A – $x > 15$

Se x assumir os valores maiores que 15 (16,17, 18, ...) temos que a sentença é verdadeira.

Se assumir valores menores ou iguais a 15 (15,14, 13, ...) temos que a sentença é falsa.

B – Em 2018, ele será presidente do Brasil novamente.

Se ele for substituído, por exemplo, por Collor, teremos uma expressão verdadeira (pois Fernando Collor já foi presidente do Brasil, podendo o ser novamente).

Se for substituído por Marina, teremos uma expressão falsa (pois Marina nunca foi presidente do Brasil não podendo o ser novamente).

Sentenças que contêm **variáveis** são chamadas de **sentenças funcionais**. Estas sentenças não são proposições lógicas, pois seu valor lógico (V ou F) é discutível em função do valor de uma **variável**.

Podemos transformar as sentenças abertas em proposições lógicas por meio de duas etapas: **atribuir valores** às variáveis ou **utilizar quantificadores**.

— **Quantificadores**

Quantificadores são elementos que, quando **associados** às **sentenças abertas**, permitem que as mesmas sejam avaliadas como verdadeiras ou falsas, ou seja, passam a ser qualificadas como sentenças fechadas.

Temos que:

Quantificador + Sentença aberta = Sentença fechada

Tipos de quantificadores

– **Quantificador universal:** usado para transformar sentenças (proposições) abertas em proposições fechadas, é indicado pelo símbolo "∀" (lê-se: "qualquer que seja", "para todo", "para cada").

Exemplos:

1 – $(\forall x)(x + 5 = 9)$ – Lê-se: Qualquer que seja x, temos que $x + 5 = 9$ (falsa)

2 – $(\forall y)(y \neq 8)(y - 1 \neq 7)$ - Lê-se: Para cada valor de y, com y diferente de 8, tem-se que $y - 1 \neq 7$ (verdadeira).

– **Quantificador existencial:** é indicado pelo símbolo "∃" (lê-se: "existe", "existe pelo menos um" e "existe um").

Exemplos:

1 – $(\exists x)(x + 5 = 9)$ – Lê-se: Existe um número x, tal que $x + 5 = 9$ (verdadeira).

2 – $(\exists y)(y \in \mathbb{Z})(y - 3 > 11)$ - Lê-se: Existe um número y inteiro menor que zero, tal que $y - 2 > 11$ (falsa).

Observação: Temos ainda um quantificador existencial simbolizado por "∃!", que significa: "existe um único", "existe um e um só" e "existe só um".

Representação

Uma proposição quantificada é caracterizada pela presença de um quantificador (universal ou existencial) e pelo predicado, de modo geral.

$$(\forall x)(p(x)) \begin{cases} \forall: \text{quantificador} \\ p(x): \text{predicado} \end{cases}$$

$$(\exists x)(p(x)) \begin{cases} \exists: \text{quantificador} \\ p(x): \text{predicado} \end{cases}$$

Exemplos:

$(\exists x)(x > 0)(x + 4 = 11)$

Quantificador: ∃- existencial
Condição de existência: $x > 0$
Predicado: $x + 4 = 11$

Lemos: Existe um valor para x, com x maior que zero, tal que x mais 4 é igual a 11.

Valor Lógico: V (verdade)

$(\forall x)(x \in \mathbb{Z})(x + 3 > 18)$

Quantificador: ∀- universal
Condição de existência: $x \in \mathbb{Z}$
Predicado: $x + 3 > 18$

Lemos: Para qualquer valor de x, com x pertencente ao conjunto dos inteiros, tem-se que x, mais 3 é maior que 18.

Valor Lógico: F (falso)

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

DISPOSITIVOS DE ENTRADA E SAÍDA E DE ARMAZENAMENTO DE DADOS: IMPRESSORAS, TECLADO, MOUSE, DISCO RÍGIDO, PENDRIVES, SCANNER, PLOTTER, DISCOS ÓPTICOS

Dispositivos de entrada, saída e armazenamento são essenciais para a interação entre o ser humano e o computador, possibilitando a troca de informações e o processamento de dados. Eles se dividem em três categorias principais: os de entrada, que permitem ao usuário fornecer dados para o computador; os de saída, que exibem ou geram o resultado do processamento; e os de armazenamento, onde os dados e programas são guardados de maneira permanente ou temporária.

Para entender melhor a funcionalidade e a importância de cada um, exploraremos os principais dispositivos de entrada, saída e armazenamento utilizados atualmente.

Dispositivos de Entrada

Os dispositivos de entrada permitem ao usuário inserir dados e comandos no computador. Esses dados podem ser na forma de texto, imagem ou qualquer outro tipo de informação digital.

• Teclado



O teclado é um dos dispositivos de entrada mais antigos e amplamente usados. Ele permite a inserção de texto e comandos através de teclas. Os teclados podem ser de dois tipos principais:

- Teclado de membrana: mais comum, suas teclas são silenciosas e macias, sendo geralmente mais baratos.
- Teclado mecânico: conhecido pela durabilidade e precisão, possui teclas com mecanismos individuais, preferido por gamers e profissionais que utilizam intensamente a digitação.

• Mouse



O mouse facilita a interação gráfica com o computador, permitindo que o usuário mova o cursor pela tela e execute comandos com um clique. Os principais tipos de mouse são:

- Mouse óptico: usa um LED e um sensor óptico para detectar o movimento.
- Mouse a laser: semelhante ao óptico, mas utiliza um laser para maior precisão.
- Mouse trackball: tem uma bola que o usuário movimenta diretamente com os dedos, usado em espaços reduzidos ou em certos aplicativos especializados.

• Scanner



O scanner é um dispositivo que converte imagens ou documentos impressos em arquivos digitais. Ele é muito utilizado para digitalizar documentos, facilitando a organização e o armazenamento. Existem vários tipos de scanner, como:

- Scanner de mesa: mais comum, utilizado para documentos e fotos.
- Scanner de mão: portátil, usado para digitalizações rápidas.
- Scanner de rolo: utilizado para documentos maiores, como plantas e projetos arquitetônicos.

Dispositivos de Saída

Os dispositivos de saída são responsáveis por transmitir ao usuário os resultados do processamento realizado pelo computador, seja em forma visual, sonora ou impressa.

- **Impressoras**



As impressoras são dispositivos de saída que transferem dados digitais para o papel. Existem vários tipos de impressoras:

- Jato de tinta: utiliza tinta líquida para imprimir. É adequada para uso doméstico ou escritórios pequenos, pois tem bom custo-benefício e imprime em cores.

- Laser: usa toner, que é um pó fino, para impressão. É mais rápida e econômica em grandes volumes, comum em ambientes corporativos.

- Térmica: utilizada em impressões mais específicas, como recibos e etiquetas. Elas funcionam aquecendo o papel especial ou uma fita de impressão.

- **Plotter**

Um plotter é uma impressora de grande formato, capaz de imprimir projetos em larga escala, como plantas de engenharia e desenhos arquitetônicos. Ao contrário das impressoras comuns, o plotter utiliza canetas de desenho para traçar linhas contínuas, sendo ideal para trabalhos técnicos de precisão.

- **Monitores**



O monitor é um dos principais dispositivos de saída, exibindo informações visuais. Ele vem em diversos tipos de tecnologia, sendo os mais comuns:

- LED: utiliza diodos emissores de luz para formar as imagens, oferecendo boa qualidade e eficiência energética.

- LCD: mais antigo que o LED, usa cristais líquidos para exibir as imagens, mas sua qualidade de imagem e eficiência são inferiores.

- OLED: tecnologia mais avançada, com cores vibrantes e pretos profundos, sendo utilizada principalmente em dispositivos de alto desempenho.

Dispositivos de Armazenamento

Os dispositivos de armazenamento permitem salvar dados, programas e informações de forma permanente ou temporária. Eles são essenciais para garantir que os dados estejam disponíveis quando necessário.

- **Disco Rígido (HD)**



O disco rígido é um dispositivo de armazenamento não volátil, ou seja, mantém os dados mesmo quando o computador é desligado. Ele usa discos magnéticos para armazenar as informações. Atualmente, os HDs podem ter capacidades que variam de alguns gigabytes (GB) a vários terabytes (TB), e seu desempenho é medido pela velocidade de rotação dos discos, normalmente entre 5.400 e 7.200 rotações por minuto (RPM).

- **Pendrive**



O pendrive é um dispositivo de armazenamento portátil, baseado em memória flash. Ele é muito usado por sua praticidade, sendo pequeno, leve e fácil de transportar. A capacidade dos pendrives varia de alguns megabytes (MB) a várias centenas de gigabytes (GB). Sua principal vantagem é a facilidade de uso, bastando conectá-lo a uma porta USB para acessar os dados.

- **Discos Ópticos (CD, DVD, Blu-ray)**



Os discos ópticos, como CDs, DVDs e Blu-rays, armazenam dados de forma óptica, utilizando um feixe de laser para ler e gravar as informações. Eles foram muito populares nas décadas passadas, principalmente para armazenar músicas, filmes e softwares, mas o uso desses dispositivos tem diminuído devido à popularidade de tecnologias como armazenamento em nuvem e memórias flash. No entanto, eles ainda são utilizados em nichos específicos, como na indústria cinematográfica e em backups de longo prazo.

NOÇÕES DE SISTEMAS OPERACIONAIS

Um sistema operacional (SO) é um software fundamental que gerencia o hardware e software de um computador, permitindo que os diferentes programas funcionem corretamente. Ele serve como uma interface entre os usuários e o hardware do computador, garantindo que os recursos do sistema, como processador, memória, dispositivos de armazenamento e periféricos, sejam utilizados de maneira eficiente e segura.

Principais Funções

- Gerenciamento de Processos: O SO gerencia a execução dos processos, incluindo a alocação de recursos do sistema e a coordenação entre processos concorrentes. Ele assegura que cada processo receba tempo suficiente de CPU para executar suas tarefas.
- Gerenciamento de Memória: O SO controla o uso da memória principal (RAM), assegurando que cada programa em execução tenha o espaço necessário e que não haja conflitos ou falhas de acesso.
- Gerenciamento de Dispositivos: O SO controla os dispositivos de entrada e saída, como discos rígidos, impressoras, teclados e mouses, facilitando a comunicação entre esses dispositivos e os programas de aplicação.
- Gerenciamento de Arquivos: O SO organiza e gerencia os dados em discos rígidos e outros dispositivos de armazenamento, permitindo que os usuários criem, leiam, atualizem e apaguem arquivos de maneira eficiente.
- Segurança e Proteção: O SO protege os dados e os recursos do sistema contra acessos não autorizados e ameaças, implementando mecanismos de autenticação e controle de acesso.

Exemplos de Sistemas Operacionais

- Windows: Desenvolvido pela Microsoft, é amplamente utilizado em computadores pessoais e empresariais.
- macOS: Desenvolvido pela Apple, utilizado exclusivamente em computadores Mac.
- Linux: Um sistema operacional de código aberto, usado em servidores, computadores pessoais e dispositivos embarcados.
- Android: Um sistema operacional móvel baseado em Linux, amplamente utilizado em smartphones e tablets.
- iOS: Desenvolvido pela Apple para dispositivos móveis, como iPhones e iPads.

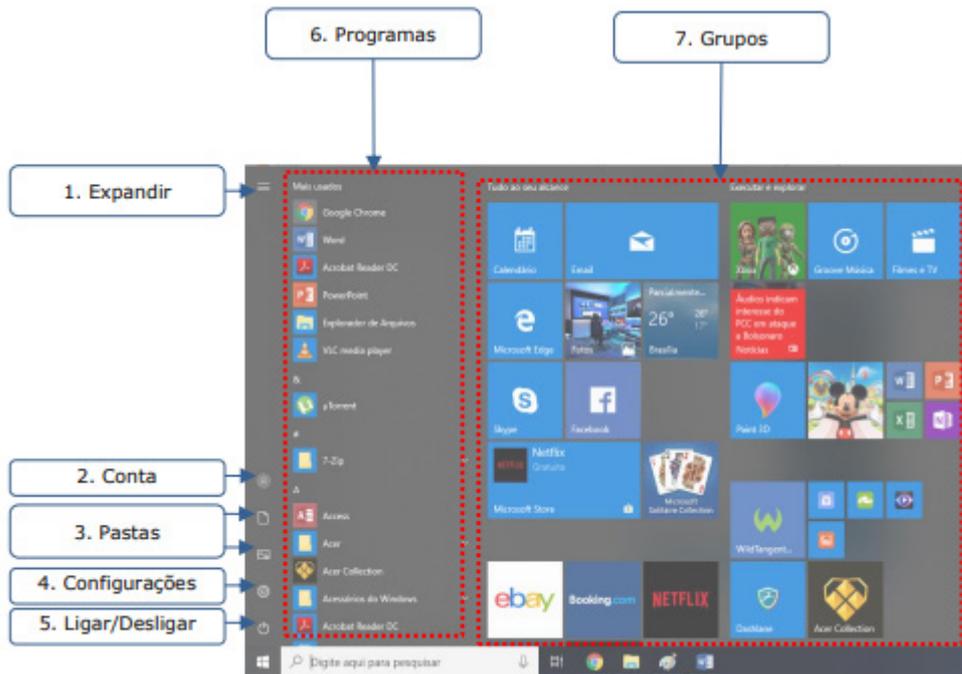
NOÇÕES DO AMBIENTE WINDOWS: ÍCONES, ATALHOS DE TECLADO, PASTAS, TIPOS DE ARQUIVOS; LOCALIZAÇÃO, CRIAÇÃO, CÓPIA E REMOÇÃO DE ARQUIVOS; CÓPIAS DE ARQUIVOS PARA OUTROS DISPOSITIVOS; AJUDA DO WINDOWS, LIXEIRA, REMOÇÃO E RECUPERAÇÃO DE ARQUIVOS E DE PASTAS; CÓPIAS DE SEGURANÇA/BACKUP, USO DOS RECURSOS

O Windows 10 é um sistema operacional desenvolvido pela Microsoft, parte da família de sistemas operacionais Windows NT. Lançado em julho de 2015, ele sucedeu o Windows 8.1 e trouxe uma série de melhorias e novidades, como o retorno do Menu Iniciar, a assistente virtual Cortana, o navegador Microsoft Edge e a funcionalidade de múltiplas áreas de trabalho. Projetado para ser rápido e seguro, o Windows 10 é compatível com uma ampla gama de dispositivos, desde PCs e tablets até o Xbox e dispositivos IoT.

Operações de iniciar, reiniciar, desligar, login, logoff, bloquear e desbloquear

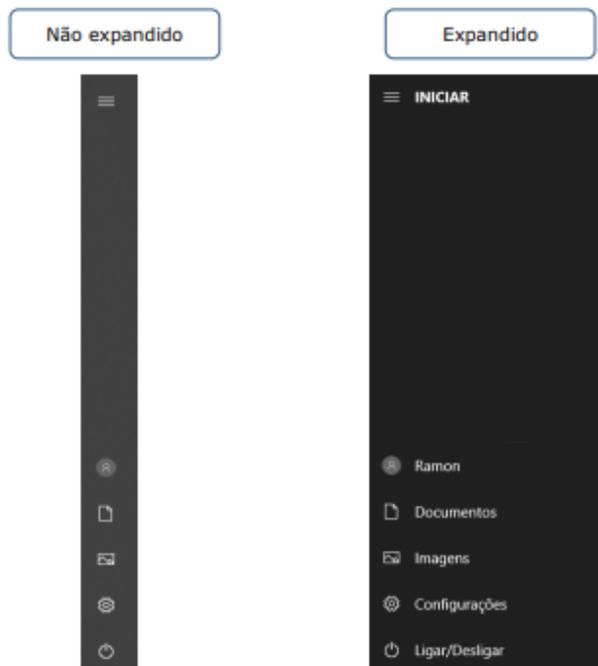
Botão Iniciar

O Botão Iniciar dá acesso aos programas instalados no computador, abrindo o Menu Iniciar que funciona como um centro de comando do PC.



Menu Iniciar

Expandir: botão utilizado para expandir os itens do menu.



Botão Expandir

Conta: apresenta opções para configurar a conta do usuário logado, bloquear ou deslogar. Em Alterar configurações da conta é possível modificar as informações do usuário, cadastrar contas de e-mail associadas, definir opções de entrada como senha, PIN ou Windows Hello, além de outras configurações.

LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA

SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SUAS): PRINCÍPIOS E OBJETIVOS; CONTROLE SOCIAL; TIPOS E NÍVEIS DE GESTÃO DO SUAS

O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) é uma política pública nacional regulamentada pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) – Lei nº 8.742/1993, que estabelece os direitos de cidadania e os princípios que regem o sistema de proteção social no Brasil. O SUAS organiza e garante o provimento de serviços, benefícios, programas e projetos socioassistenciais voltados para famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade ou risco social.

1. Princípios e Diretrizes da Assistência Social (LOAS)

Princípios da Assistência Social segundo a LOAS

Os princípios estabelecidos pela LOAS orientam a oferta de assistência social no Brasil, refletindo os direitos dos cidadãos e as obrigações do Estado. São eles:

1. Universalização dos Direitos Sociais:

- A assistência social deve ser acessível a todos os cidadãos, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo a universalização dos direitos sociais. O objetivo é assegurar a equidade no acesso aos serviços e benefícios socioassistenciais, priorizando as pessoas que estão em situação de vulnerabilidade social.

2. Igualdade de Direitos:

- A assistência social deve ser prestada sem discriminação de raça, cor, gênero, etnia, crença religiosa ou orientação sexual. O princípio da igualdade assegura que todos os cidadãos tenham os mesmos direitos e oportunidades no acesso à assistência social.

3. Primazia da Responsabilidade do Estado:

- A responsabilidade pela política de assistência social é primariamente do Estado, que deve garantir a oferta de serviços, programas e benefícios que promovam a proteção social. O Estado não pode transferir sua responsabilidade exclusiva para a iniciativa privada, embora possa firmar parcerias para fortalecer a execução da política.

4. Descentralização Político-Administrativa:

- A gestão e execução da assistência social devem ser descentralizadas, ou seja, distribuídas entre os três níveis de governo: federal, estadual e municipal. A descentralização visa aproximar as políticas e serviços da população, garantindo mais eficiência e qualidade no atendimento.

5. Participação da Sociedade:

- A participação da sociedade é essencial para o controle social da política de assistência social. Através dos Conselhos de Assistência Social, a sociedade civil tem o poder de deliberar sobre os recursos, os serviços e os programas, garantindo a transparência e a efetividade da política.

6. Supremacia do Atendimento às Necessidades Sociais sobre as Exigências de Rentabilidade Econômica:

- A assistência social não deve ser conduzida com base em princípios mercadológicos, ou seja, a prioridade é atender às necessidades sociais dos cidadãos, independentemente de considerações financeiras ou de lucro. Esse princípio reflete o caráter público e social da assistência.

7. Desenvolvimento da Autonomia e Capacidades dos Usuários:

- A assistência social deve promover a autonomia dos indivíduos e das famílias atendidas, proporcionando meios para que superem situações de vulnerabilidade. Isso inclui ações de fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, capacitação para o mercado de trabalho e inclusão social.

Diretrizes da Assistência Social segundo a LOAS

As diretrizes estabelecem como a assistência social deve ser organizada e operacionalizada no Brasil. São elas:

1. Descentralização Político-Administrativa e Comando Único:

- A gestão da assistência social deve ser descentralizada e hierarquizada em níveis federal, estadual e municipal. Cada esfera de governo tem responsabilidades definidas, e o comando único de gestão em cada nível visa garantir a eficiência e a coordenação das ações.

- **União:** Responsável por formular as políticas nacionais, financiar as ações e serviços e realizar a coordenação geral.

- **Estados:** Devem coordenar e articular as políticas regionais e prestar apoio técnico e financeiro aos municípios.

- **Municípios:** São os principais responsáveis pela execução dos serviços e programas assistenciais, garantindo o atendimento direto à população.

2. Participação da População e Controle Social:

- A participação da população no planejamento, execução e fiscalização da assistência social é assegurada pela constituição dos Conselhos de Assistência Social em cada esfera de governo. Esses conselhos são compostos por representantes do governo e da sociedade civil, e têm o papel de acompanhar e avaliar a gestão da política pública de assistência social.

3. Proteção Social Não Contributiva:

- A assistência social é não contributiva, ou seja, não exige contribuição prévia dos cidadãos para que possam acessar os serviços e benefícios. Diferente da previdência social, a assistência social é oferecida a quem precisa, independentemente de contribuição.

4. Primazia do Atendimento às Necessidades Sociais:

- A política de assistência social deve sempre priorizar o atendimento às necessidades sociais dos indivíduos e das famílias em situação de vulnerabilidade. O foco é a proteção social dos que estão em risco ou que vivem em condições de pobreza.

5. Fortalecimento dos Vínculos Familiares e Comunitários:

- A assistência social deve atuar no fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, proporcionando condições para que as famílias enfrentem as situações de risco e vulnerabilidade, mantendo a coesão social e o suporte comunitário.

6. Integração com Outras Políticas Públicas:

- A assistência social deve ser articulada com outras políticas públicas, como saúde, educação, habitação, trabalho e previdência social. Essa integração visa garantir a proteção integral das famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade social, promovendo a inclusão social e a melhoria da qualidade de vida.

2. Organização do SUAS

O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) é a estrutura responsável pela gestão e execução da política de assistência social no Brasil. Ele foi instituído pela Lei nº 12.435/2011, que alterou a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS - Lei nº 8.742/1993), com o objetivo de organizar, de forma descentralizada e participativa, a oferta de serviços, benefícios, programas e projetos socioassistenciais para a população em situação de vulnerabilidade e risco social.

O SUAS opera em três níveis de governo: federal, estadual e municipal, com funções bem definidas em cada nível, e é sustentado pelos princípios de universalidade de acesso, descentralização e controle social. A seguir, veremos como o SUAS é organizado, suas responsabilidades, os serviços oferecidos e os principais atores envolvidos.

Estrutura do SUAS

O SUAS é organizado em três eixos principais: Proteção Social Básica, Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade e Gestão e Controle Social. Essas divisões estruturam a prestação de serviços e benefícios de assistência social no Brasil.

a) Proteção Social Básica

A Proteção Social Básica é voltada para a prevenção de situações de risco social e para o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários. O objetivo é evitar que famílias e indivíduos entrem em situações de vulnerabilidade social.

Principais Serviços:

- **Centros de Referência de Assistência Social (CRAS):** São unidades públicas que oferecem serviços de caráter preventivo, fortalecendo a convivência familiar e comunitária. Eles atuam como a porta de entrada dos cidadãos aos programas e serviços assistenciais.

- **Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF):** Oferecido pelos CRAS, visa fortalecer os vínculos familiares e comunitários e prevenir a ocorrência de situações de vulnerabilidade.

- **Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV):** Complementa o trabalho social com as famílias, promovendo a convivência comunitária e o desenvolvimento das capacidades individuais.

Público-alvo:

- Famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade social, incluindo crianças, adolescentes, idosos, pessoas com deficiência e famílias de baixa renda.

b) Proteção Social Especial

A Proteção Social Especial é destinada a indivíduos e famílias que já estão em situação de risco ou que enfrentam violações de direitos, como violência, abandono, trabalho infantil e outras formas de violação. Ela se subdivide em dois níveis: Média e Alta Complexidade.

1) Proteção Social Especial de Média Complexidade

Destinada a famílias e indivíduos em situação de risco que ainda preservam seus vínculos familiares, mas necessitam de acompanhamento especializado.

Principais Serviços:

- **Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS):** Oferecem serviços especializados e continuados a indivíduos e famílias que vivenciam situações de violação de direitos.

- **Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI):** Oferecido pelo CREAS, proporciona proteção integral e atendimento especializado para situações de violência, negligência, abandono, entre outras.

- **Medidas Socioeducativas em Meio Aberto:** Incluem liberdade assistida e prestação de serviços à comunidade para adolescentes em conflito com a lei.

Público-alvo:

- Crianças, adolescentes, idosos e indivíduos em situação de risco social e pessoal, como vítimas de violência ou negligência.

2) Proteção Social Especial de Alta Complexidade

Atende a indivíduos que necessitam de atendimento e acolhimento, quando os vínculos familiares e comunitários estão rompidos ou há necessidade de afastamento temporário do convívio familiar.

Principais Serviços:

- **Serviços de Acolhimento Institucional:** Para crianças, adolescentes, adultos, pessoas com deficiência e idosos. Incluem abrigos institucionais, casas-lares e centros de acolhimento.

- **Serviço de Acolhimento Familiar:** Alternativa ao acolhimento institucional, esse serviço é oferecido por famílias acolhedoras que recebem crianças e adolescentes temporariamente.

- **Repúblicas:** Acolhimento de jovens e adultos em situação de vulnerabilidade.

Público-alvo:

- Indivíduos e famílias que perderam os vínculos familiares e comunitários, como crianças e adolescentes afastados judicialmente do convívio familiar, pessoas em situação de rua e pessoas em situação de calamidade pública.

Gestão do SUAS

A gestão do SUAS é descentralizada e organizada em três níveis de governo: federal, estadual e municipal, com comando único em cada esfera. Isso significa que cada nível tem suas responsabilidades definidas pela legislação e precisa garantir a coordenação e a execução das políticas públicas de assistência social em suas respectivas áreas.

a) Nível Federal

- **Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS):** É o responsável pela formulação e coordenação da política nacional de assistência social, financiamento das ações e supervisão geral do SUAS.

- **Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS):** Financia as ações de assistência social nos estados e municípios, transferindo os recursos necessários para a execução dos programas e serviços.

b) Nível Estadual

- Os Estados têm a função de articular e coordenar as ações de assistência social em suas regiões, apoiando tecnicamente e financeiramente os municípios. Além disso, os estados devem implementar e gerenciar serviços regionais de média e alta complexidade.

- **Conselhos Estaduais de Assistência Social:** Fiscalizam e acompanham a execução das políticas estaduais de assistência social.

c) Nível Municipal

- Municípios são responsáveis pela execução direta da política de assistência social, especialmente dos serviços de Proteção Social Básica e Média Complexidade, além de implementar e manter os CRAS e CREAS.

- **Fundo Municipal de Assistência Social:** Recebe os recursos federais e estaduais para garantir a execução dos serviços e benefícios socioassistenciais no município.

- **Conselhos Municipais de Assistência Social:** Têm o papel de fiscalizar, avaliar e deliberar sobre a política de assistência social no município.

Controle Social no SUAS

O controle social no SUAS é exercido por meio dos Conselhos de Assistência Social nas esferas municipal, estadual e federal. Esses conselhos são compostos por representantes do governo e da sociedade civil e têm como função:

- Deliberar sobre a política de assistência social e sua implementação.

- Fiscalizar a aplicação dos recursos públicos destinados à assistência social.

- Acompanhar a execução dos programas e serviços socioassistenciais.

- Promover a participação da sociedade no planejamento e controle da política de assistência social.

Além disso, as Conferências de Assistência Social, realizadas periodicamente, são espaços de participação popular onde a sociedade discute as diretrizes e os rumos da política de assistência social no país.

Financiamento do SUAS

O financiamento do SUAS é compartilhado entre a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios. O Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS) é a principal fonte de recursos federais, que são transferidos para os fundos estaduais e municipais de assistência social. Esses recursos financiam:

- Manutenção e ampliação dos serviços socioassistenciais.

- Pagamento de benefícios, como o Benefício de Prestação Continuada (BPC).

- Capacitação dos profissionais da assistência social.

- Desenvolvimento de programas e projetos voltados à inclusão social.

Vinculação a Outras Políticas Públicas no SUAS

O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) é uma política pública que atua de forma integrada com outras políticas sociais para garantir uma proteção ampla e inclusiva às populações em situação de vulnerabilidade e risco social. A vinculação a outras políticas públicas é essencial para promover a inclusão social, melhorar as condições de vida da população e assegurar o acesso a direitos fundamentais, como saúde, educação, habitação e trabalho.

A integração intersetorial permite que o SUAS colabore com outras áreas, promovendo ações coordenadas e efetivas, ampliando o impacto das políticas públicas e proporcionando uma rede de proteção social mais abrangente e eficiente. A seguir, discutiremos como o SUAS se vincula às principais políticas públicas e os benefícios dessa integração.

1. Vinculação com a Política de Saúde

A relação entre o SUAS e o Sistema Único de Saúde (SUS) é crucial, pois muitos dos usuários da assistência social também necessitam de atendimento na rede de saúde pública. A integração entre essas políticas é especialmente importante em situações que envolvem:

- **Populações em situação de vulnerabilidade:** Pessoas em situação de rua, idosos, crianças e adolescentes em abrigos, mulheres vítimas de violência, pessoas com deficiência e famílias em extrema pobreza necessitam de acesso tanto aos serviços socioassistenciais quanto aos serviços de saúde.

- **Atendimento psicossocial:** As ações dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e dos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS) são complementadas pelo atendimento psicossocial realizado nos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) do SUS.

- **Cuidados com saúde mental:** Indivíduos em situação de vulnerabilidade social frequentemente apresentam condições de saúde mental que requerem um cuidado interligado entre o SUAS e o SUS.

Exemplos de Integração:

- CRAS e CREAS encaminhando usuários para atendimento em unidades de saúde, CAPS ou hospitais.

- Equipes de saúde trabalhando de forma conjunta com profissionais da assistência social para acompanhar usuários com transtornos mentais ou dependência de substâncias.

- Programas de visitas domiciliares integrando assistentes sociais e profissionais de saúde.

2. Vinculação com a Política de Educação

A educação é uma área fundamental para a promoção da inclusão social e superação da pobreza, sendo uma política pública fortemente integrada ao SUAS. A articulação entre a assistência social e a educação acontece por meio de:

- **Programas de transferência de renda condicionada:** Programas como o Bolsa Família (atualmente substituído pelo Auxílio Brasil) exigem que as famílias mantenham as crianças e adolescentes matriculados na escola e com frequência regular, reforçando a importância da educação.

- **Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV):** Oferecido nos CRAS, esse serviço promove atividades que complementam a educação formal, desenvolvendo competências sociais e cognitivas de crianças e adolescentes.

- **Atendimento a crianças e adolescentes em situação de risco:** A integração entre escolas e CREAS é fundamental para a identificação e atendimento de crianças e adolescentes que estão em situação de negligência, abuso ou abandono.

Exemplos de Integração:

- Escolas e CRAS/CREAS trabalhando juntos para garantir que crianças e adolescentes em vulnerabilidade mantenham a frequência escolar.

- Programas de erradicação do trabalho infantil, que envolvem tanto a área da educação quanto a assistência social.

- Capacitação educacional oferecida a jovens e adultos em parceria com os serviços de assistência social.

3. Vinculação com a Política de Habitação

A política de assistência social tem grande relevância no atendimento de indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade habitacional. A integração com a política de habitação visa garantir moradia digna e segura para pessoas que vivem em áreas de risco ou em situação de rua.

- Programas habitacionais como o Minha Casa, Minha Vida (agora substituído pelo Casa Verde e Amarela) têm o suporte do SUAS para identificar famílias em extrema vulnerabilidade que necessitam de habitação.

- **População em situação de rua:** O SUAS, por meio dos CREAS e dos Centros de Referência Especializados para População em Situação de Rua (Centro POP), trabalha em parceria com as secretarias de habitação para garantir que essa população tenha acesso a políticas habitacionais.

Exemplos de Integração:

- CREAS e Centro POP auxiliando famílias sem-teto a acessar programas de habitação.

- Serviços de acolhimento temporário para famílias em situação de emergência habitacional, como vítimas de desastres naturais.

- Atuação conjunta para realocação de famílias que vivem em áreas de risco, com apoio de defesa civil, serviços de assistência social e políticas habitacionais.

4. Vinculação com a Política de Trabalho e Renda

A promoção da inclusão produtiva e do acesso ao mercado de trabalho é uma meta importante para a superação da vulnerabilidade social. O SUAS trabalha em parceria com políticas de emprego e renda para oferecer oportunidades de qualificação e inserção no mercado de trabalho.

- **Programas de qualificação profissional:** O SUAS se articula com iniciativas como o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) e com os serviços oferecidos pelos Sistemas Nacional de Emprego (SINE).

- **Empoderamento econômico:** O Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), ofertado nos CRAS, atua promovendo a autonomia financeira e a qualificação das famílias, facilitando seu acesso ao mercado de trabalho.

- **Apoio a trabalhadores informais:** Pessoas em situação de vulnerabilidade e que dependem do trabalho informal podem ser orientadas e capacitadas para melhorar sua renda e obter estabilidade econômica.

Exemplos de Integração:

- Cursos profissionalizantes oferecidos em parceria com o Sistema S (SENAI, SENAC, SEBRAE), com a participação de beneficiários do SUAS.

- Orientação e encaminhamento ao emprego realizados por equipes dos CRAS em articulação com os SINES.

- Programas de microcrédito e apoio ao empreendedorismo social voltados para famílias atendidas pelo SUAS.

5. Vinculação com a Política de Segurança Pública

A integração do SUAS com a política de segurança pública é essencial para a proteção de indivíduos e famílias em situação de risco social. Essa parceria visa prevenir e atender casos de violência, abuso e exploração.

FUNDAMENTOS HISTÓRICOS, TEÓRICOS E METODOLÓGICOS DO SERVIÇO SOCIAL

O Serviço Social é uma profissão que se destaca por sua atuação na defesa de direitos e na promoção da justiça social. O assistente social trabalha diretamente com indivíduos, grupos e comunidades, buscando melhorar suas condições de vida e acesso a direitos sociais básicos, como saúde, educação, habitação e trabalho. Seu papel é essencial na mediação de conflitos e na formulação de estratégias que combatam a desigualdade e a exclusão social.

Ao longo do tempo, a profissão de assistente social passou por diversas transformações, adaptando-se às mudanças sociais, políticas e econômicas. O Serviço Social, que inicialmente era visto como uma prática assistencialista, evoluiu para uma profissão crítica e propositiva, voltada para a construção de políticas públicas e a garantia dos direitos dos cidadãos, especialmente os mais vulneráveis.

Os assistentes sociais atuam em diferentes contextos, como na saúde, educação, sistema judiciário, previdência social e assistência social, entre outros. Essa amplitude de atuação reflete a importância da profissão no enfrentamento das problemáticas sociais que afetam as camadas mais desfavorecidas da população.

Além disso, o trabalho em equipes multi e interdisciplinares e a necessidade de uma atuação ética e fundamentada em legislações específicas, como o Código de Ética e a Lei nº 8.662/1993, reforçam o compromisso do assistente social com a transformação social. O uso da instrumentalidade na prática profissional também possibilita intervenções eficazes, orientadas por técnicas e métodos que permitem o diagnóstico e a ação precisa diante das complexas demandas sociais.

Significado Sócio-histórico da Profissão de Serviço Social

O Serviço Social é uma profissão que surgiu em um contexto de transformações profundas nas estruturas econômicas e sociais, particularmente ligadas ao avanço do capitalismo industrial e à urbanização. O surgimento da profissão reflete a necessidade de lidar com as consequências sociais dessas mudanças, como o aumento da pobreza, desigualdade, precariedade das condições de trabalho e exclusão social. Para compreender o significado do Serviço Social, é fundamental olhar para o seu desenvolvimento sócio-histórico e como ele se configurou como uma prática voltada para a proteção social e a garantia de direitos.

1. Surgimento do Serviço Social no Mundo

O Serviço Social emergiu no final do século XIX e início do século XX, em países da Europa e nos Estados Unidos, como uma resposta às problemáticas sociais geradas pela Revolução Industrial. O crescimento acelerado das cidades, a exploração da classe trabalhadora e as condições degradantes de vida de boa parte da população urbana expuseram a necessidade de intervenções organizadas para mitigar os efeitos da pobreza e da desigualdade.

Nessa época, o Serviço Social estava fortemente vinculado a instituições de caridade e à Igreja, sendo caracterizado por um caráter assistencialista e filantrópico. A ação social tinha, inicialmente, um foco religioso e moral, voltada para a ajuda aos mais pobres, sem uma análise crítica das causas estruturais que geravam a exclusão social. A profissão buscava, em seus primórdios, “disciplinar” os comportamentos dos pobres e promovê-los socialmente, com base em normas e valores da moral burguesa.

Nos Estados Unidos, o surgimento da Case Work (trabalho de caso) e dos Settlement Houses (casas comunitárias) deu origem a práticas de intervenção social organizadas, que viriam a influenciar o desenvolvimento da profissão em outras partes do mundo, incluindo o Brasil.

2. O Serviço Social no Brasil: Contexto e Evolução

No Brasil, o Serviço Social começou a ser estruturado como profissão nas décadas de 1930 e 1940, em um contexto de industrialização crescente e consolidação do Estado Novo de Getúlio Vargas. A partir dessa época, o Brasil vivia mudanças econômicas significativas, com o crescimento das cidades e a ampliação das classes urbanas, ao mesmo tempo em que a questão social se tornava mais visível, especialmente nas áreas de saúde, habitação e trabalho.

O Serviço Social brasileiro foi influenciado pelas experiências europeias, especialmente as práticas assistencialistas e católicas vindas da Bélgica e da França. Nesse período, a profissão estava ligada às organizações caritativas e à Igreja Católica, tendo como foco o atendimento às demandas imediatas dos pobres, em um caráter de benevolência e moralidade cristã. Essa fase assistencialista do Serviço Social no Brasil tinha como objetivo “aliviar” os problemas sociais, mas sem questionar profundamente suas causas estruturais.

A profissionalização formal do Serviço Social no Brasil se deu com a criação das primeiras escolas de Serviço Social. Em 1936, foi fundada a Escola de Serviço Social de São Paulo, vinculada à Igreja Católica, e em 1937 a Escola de Serviço Social do Rio de Janeiro. Ambas tiveram como objetivo formar assistentes sociais para atuar em instituições de caridade e no campo da assistência social voltada para a classe trabalhadora.

3. Transformações e Crítica ao Assistencialismo

A partir da década de 1960, o Serviço Social no Brasil começou a passar por um processo de crítica ao seu caráter assistencialista. Com a emergência de movimentos sociais e políticos, como o movimento operário e a luta pelos direitos civis e sociais, os profissionais do Serviço Social começaram a questionar sua função limitada à ajuda caritativa e começaram a adotar uma postura mais crítica e propositiva, orientada para a promoção de mudanças estruturais na sociedade.

Esse processo de reconstrução teórica do Serviço Social foi influenciado pela Teoria Crítica e pelo marxismo, que trouxeram novas ferramentas para a análise das desigualdades sociais e das condições de vida dos trabalhadores. O Serviço Social passou a ser entendido como uma profissão que, além de lidar com as demandas imediatas da população, deveria buscar a transformação social e o fortalecimento da cidadania.

Foi nesse contexto que a profissão começou a se distanciar das práticas meramente assistenciais, para assumir um papel de mediação entre as demandas sociais e as políticas públicas. O Código de Ética Profissional de 1993 consolidou essa visão crítica e progressista da profissão, orientando os assistentes sociais a atuar na defesa dos direitos humanos, na democratização das políticas públicas e na construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

4. O Serviço Social e as Políticas Públicas no Brasil Contemporâneo

Atualmente, o Serviço Social é uma profissão reconhecida como essencial para a formulação, execução e avaliação de políticas públicas no Brasil. O assistente social atua em diversas áreas, como saúde, educação, habitação, sistema judiciário, assistência social e previdência. Sua prática é guiada por uma análise crítica das causas estruturais da desigualdade social, trabalhando para reduzir as disparidades que afetam principalmente os grupos mais vulneráveis da sociedade.

O significado sócio-histórico da profissão é marcado por seu compromisso com a justiça social, a cidadania e a democratização das políticas públicas. No Brasil contemporâneo, o Serviço Social desempenha um papel fundamental na implementação de políticas sociais que garantem direitos básicos, como o acesso à saúde, educação, habitação e a proteção social de crianças, idosos, pessoas com deficiência e outros segmentos vulneráveis.

5. Desafios e Perspectivas para o Futuro

Apesar dos avanços, o Serviço Social ainda enfrenta desafios consideráveis no Brasil, como o subfinanciamento das políticas sociais, o aumento da desigualdade e a precarização do trabalho.

Além disso, a profissão está em constante diálogo com as mudanças no contexto socioeconômico e político, que afetam diretamente a proteção social e a segurança dos direitos sociais.

A profissão precisa, portanto, manter seu compromisso com a análise crítica da realidade social e com a defesa dos direitos humanos, ao mesmo tempo em que adapta suas práticas para responder aos novos desafios impostos pela globalização, pelas crises econômicas e pelas transformações no mercado de trabalho.

Serviço Social e Sociedade

O Serviço Social desempenha um papel essencial na construção de uma sociedade mais justa e equitativa, atuando diretamente na mediação entre as demandas sociais e as respostas do Estado, das instituições e da sociedade civil. A profissão tem como compromisso a promoção da justiça social, a garantia de direitos e a redução das desigualdades, colocando o assistente social como um agente de transformação social.

A relação entre o Serviço Social e a sociedade é historicamente complexa e permeada por desafios. A profissão surge e se consolida como uma resposta às demandas sociais geradas pelas crises econômicas, pela industrialização, pela urbanização e pelas transformações no mercado de trabalho, que afetaram diretamente as condições de vida de amplos setores da população. O assistente social tem como objetivo mediar conflitos e buscar soluções coletivas e estruturadas para os problemas sociais, atuando tanto no nível individual quanto comunitário.

1. O Papel do Assistente Social na Sociedade

O assistente social tem um papel central na mediação das demandas sociais e na articulação de respostas adequadas através de políticas públicas e ações institucionais. A atuação desse profissional é diversa, abrangendo setores como saúde, educação, justiça, previdência e assistência social, entre outros.

A sociedade brasileira é marcada por profundas desigualdades sociais, econômicas e culturais, o que torna a atuação do assistente social indispensável na promoção de um processo de inclusão social. No cenário atual, os assistentes sociais lidam diretamente com as consequências da desigualdade, como o aumento da pobreza, o desemprego, a precariedade das condições de trabalho, a violência e a exclusão de grupos vulneráveis.

Os segmentos mais afetados por essas desigualdades incluem:

- Crianças e adolescentes em situação de risco.
- Idosos e pessoas com deficiência, muitas vezes desamparados ou com acesso limitado a cuidados e direitos.
- Pessoas em situação de rua e outros grupos em extrema vulnerabilidade social.
- Mulheres, especialmente vítimas de violência doméstica ou de exclusão econômica.
- Comunidades indígenas e quilombolas, que lutam pela preservação de seus direitos e culturas.

O papel do assistente social não se limita ao atendimento emergencial. Ele deve articular soluções coletivas, lutando pela implementação de políticas públicas estruturantes que promovam

uma transformação mais ampla na sociedade. Isso envolve a proposição de mudanças no sistema social e econômico para garantir que os direitos fundamentais sejam respeitados e acessíveis a todos.

2. A Relação entre Serviço Social e Demandas Sociais

A relação entre o Serviço Social e as demandas sociais é direta e dinâmica. As demandas sociais são reflexo das contradições estruturais da sociedade, como a distribuição desigual de renda, as dificuldades de acesso a bens e serviços públicos, e as falhas no atendimento das necessidades básicas da população.

O assistente social é um profissional que atua em várias frentes, desde o atendimento às demandas individuais até a organização de respostas coletivas, sempre com o intuito de empoderar os indivíduos e suas comunidades para que possam reivindicar e conquistar seus direitos. Entre as principais demandas sociais que o Serviço Social enfrenta estão:

- **Violação de direitos humanos:** Pessoas em situações de violência, negligência ou abandono frequentemente dependem da intervenção de assistentes sociais para acessar redes de proteção e defesa de seus direitos.

- **Acesso à saúde e educação:** Muitos cidadãos têm dificuldade em acessar serviços públicos essenciais, e o assistente social atua como um facilitador nesse processo, especialmente dentro de políticas públicas como o Sistema Único de Saúde (SUS) e os programas educacionais.

- **Desigualdade e pobreza:** O enfrentamento da pobreza extrema e da exclusão social é um dos maiores desafios. O Serviço Social busca propor alternativas para promover a inclusão de pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade, muitas vezes por meio de programas de transferência de renda e ações de proteção social.

- **Assistência social:** A operacionalização dos direitos sociais, como o Benefício de Prestação Continuada (BPC), o Bolsa Família (agora substituído pelo Auxílio Brasil) e outros programas de assistência, depende muitas vezes da intermediação de assistentes sociais.

3. A Intervenção do Serviço Social nas Políticas Públicas

O Serviço Social, ao longo de sua história, foi se consolidando como uma profissão estratégica para a formulação, execução e avaliação das políticas públicas no Brasil. Políticas públicas são instrumentos fundamentais para enfrentar as questões sociais, e os assistentes sociais desempenham um papel crucial na construção dessas respostas, atuando tanto no nível da gestão quanto na implementação dos programas.

Os assistentes sociais são profissionais que operam diretamente no campo das políticas de assistência social, como o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), e no campo da saúde, dentro do Sistema Único de Saúde (SUS). Também estão presentes em instituições de educação, justiça e previdência, promovendo o acesso aos serviços e direitos sociais, além de monitorar e avaliar a eficácia das políticas implementadas.

4. Desafios Contemporâneos para o Serviço Social e a Sociedade

Atualmente, o Serviço Social enfrenta desafios estruturais que são reflexo da crise social, econômica e política do Brasil. O aumento da pobreza, a precarização do trabalho e o desmonte de políticas públicas voltadas para os direitos sociais colocam uma pressão cada vez maior sobre os profissionais do Serviço Social. A seguir, destacam-se alguns dos principais desafios que o Serviço Social enfrenta na sociedade contemporânea:

4.1. Desigualdade Social e Pobreza

O Brasil é um dos países com maior concentração de renda no mundo, e as diferenças sociais se acentuam em momentos de crise. A desigualdade afeta diretamente o acesso a direitos fundamentais, como saúde, educação, moradia e emprego. O aumento da pobreza e da informalidade no trabalho, exacerbado pela crise econômica, impõe ao Serviço Social o desafio de enfrentar a exclusão social e propor alternativas que garantam maior inclusão dos setores marginalizados.

4.2. Precarização do Trabalho e Informalidade

A precarização do trabalho, com a crescente informalidade e a flexibilização das relações laborais, tem impactado diretamente o acesso à previdência e à proteção social. Assistentes sociais precisam lidar com as consequências desse processo, atendendo um número crescente de trabalhadores informais que não têm acesso a direitos básicos, como aposentadoria, licença-maternidade e seguro-desemprego.

4.3. Desmonte das Políticas Públicas

Nos últimos anos, houve um enfraquecimento das políticas sociais, com cortes de orçamento e redução de programas de assistência, o que dificulta a implementação de ações efetivas para enfrentar a desigualdade. O Sistema Único de Assistência Social (SUAS), por exemplo, vem sofrendo redução de investimentos, o que afeta diretamente a qualidade e o alcance dos serviços oferecidos à população.

4.4. Novas Configurações Familiares e Sociais

As transformações nas configurações familiares, como o aumento de famílias monoparentais e as mudanças nos papéis de gênero, também trazem desafios ao Serviço Social. Assistentes sociais precisam se adaptar para atender essas novas realidades, com demandas que vão desde a proteção de famílias chefiadas por mulheres até o acolhimento de questões relacionadas à diversidade de gênero e sexualidade.

5. O Compromisso do Serviço Social com a Justiça Social

Apesar dos desafios, o Serviço Social mantém seu compromisso com a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. A profissão se baseia em valores éticos e princípios que norteiam sua atuação, como o respeito à dignidade humana, a defesa dos direitos humanos, a promoção da igualdade e o combate a todas as formas de opressão e discriminação.

O assistente social é um profissional que, mais do que responder às demandas imediatas, busca construir respostas estruturais para os problemas sociais, promovendo a democratização do acesso aos direitos e a participação ativa da população nos processos de transformação social.

Instrumentalidade do Serviço Social

A instrumentalidade no Serviço Social refere-se à capacidade do assistente social de utilizar instrumentos, técnicas e métodos de forma eficaz para realizar suas intervenções junto aos indivíduos, grupos e comunidades. Trata-se de um conceito central para a profissão, pois permite que o assistente social combine suas competências teóricas e práticas, com o objetivo de transformar a realidade social. A instrumentalidade não se limita ao uso de ferramentas práticas, mas envolve a mediação entre o saber teórico e a ação prática, tornando a intervenção social mais eficaz e significativa.

A atuação profissional do assistente social exige uma capacidade crítica e reflexiva para interpretar as demandas sociais e, a partir dessa análise, propor intervenções que levem à garantia de direitos e ao enfrentamento das desigualdades. A instrumentalidade, nesse contexto, é o que permite ao profissional lidar com a complexidade da realidade social e oferecer respostas adequadas às diversas situações que surgem em seu campo de atuação.

1. Conceito de Instrumentalidade no Serviço Social

O conceito de instrumentalidade no Serviço Social é utilizado para expressar a forma como o assistente social utiliza recursos teóricos, metodológicos e técnicos para intervir nas diversas realidades em que atua. Esse conceito vai além do uso de ferramentas ou instrumentos específicos (como entrevistas ou relatórios), englobando a capacidade de articulação entre a teoria e a prática, a ética profissional e a visão crítica da sociedade.

A instrumentalidade, portanto, é entendida como uma dimensão operativa do trabalho do assistente social, permitindo que o conhecimento acumulado seja aplicado de maneira estratégica para responder às demandas sociais. Para isso, o profissional deve ser capaz de:

- Analisar criticamente a realidade social, considerando seus determinantes históricos, políticos e econômicos.
- Utilizar instrumentos técnicos (como entrevistas, visitas domiciliares, relatórios e estudos sociais) para obter informações relevantes.
- Aplicar metodologias adequadas para planejar, implementar e avaliar intervenções sociais.
- Mediar conflitos e demandas entre os sujeitos atendidos e as instituições públicas ou privadas.

A instrumentalidade está diretamente ligada à competência técnica e política do assistente social, que deve estar preparado para atuar em diferentes contextos e situações, seja no campo da saúde, educação, assistência social, justiça, ou outros setores.

2. Os Instrumentos do Serviço Social

No dia a dia da prática profissional, o assistente social utiliza uma série de instrumentos técnicos que facilitam sua intervenção. Esses instrumentos não são utilizados de forma mecânica, mas a partir de uma leitura crítica da situação social e dos objetivos que o profissional deseja alcançar. Entre os principais instrumentos do Serviço Social, destacam-se:

2.1. Entrevista Social

A entrevista social é um dos instrumentos mais utilizados pelo assistente social. Por meio dela, o profissional busca compreender as condições de vida, as demandas e os contextos dos indivíduos ou famílias que atende. A entrevista permite que o assistente social colete informações, identifique problemas e, a partir disso, planeje suas intervenções.

A eficácia da entrevista depende da habilidade do assistente social em escutar ativamente, construir um ambiente de confiança e garantir que os sujeitos tenham espaço para expressar suas dificuldades e necessidades. Ela pode ser utilizada em diferentes momentos da intervenção, desde o acolhimento até a avaliação dos resultados.

2.2. Visita Domiciliar

A visita domiciliar é outro instrumento importante, principalmente em situações que exigem a avaliação do ambiente familiar ou das condições de moradia. Durante a visita, o assistente social pode observar aspectos que não seriam revelados apenas pela entrevista, como a dinâmica familiar, as condições de higiene e saneamento, o acesso a bens e serviços, entre outros.

Esse instrumento é amplamente utilizado em políticas de proteção à criança e ao adolescente, na assistência social, em ações de saúde pública e em programas de habitação. A visita domiciliar permite uma aproximação direta da realidade do usuário e contribui para um diagnóstico mais completo.

2.3. Relatório e Parecer Social

O relatório social é um documento técnico que apresenta uma análise detalhada da situação vivenciada pelos indivíduos, famílias ou grupos atendidos, com base nas informações coletadas em entrevistas, visitas domiciliares e outros procedimentos. O relatório é uma peça fundamental para orientar decisões institucionais e jurídicas, sendo muitas vezes solicitado por juízes, gestores de políticas públicas ou outros profissionais.

O parecer social, por sua vez, é um documento mais específico, no qual o assistente social apresenta sua opinião técnica sobre uma situação particular, com base em sua análise profissional e nos dados coletados. Ele pode ser utilizado, por exemplo, em processos judiciais envolvendo tutela de menores, reintegração familiar ou concessão de benefícios assistenciais.